

Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais *

Rosa Lúcia Prêdes Trindade **

Neste texto apresentamos algumas reflexões que possibilitam situar o significado sócio-histórico do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, o que é possível pela adoção de uma perspectiva analítica histórica e teórica que permite apreendê-lo na sua condição de parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais, e não como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis de forma padronizada. Ao enfatizar o estudo dos instrumentos e técnicas, não estamos limitando o instrumental à condição de repertório interventivo, a um rol de instrumentos e técnicas que seriam suficientes para a eficiência da ação. Nossa perspectiva teórica aponta a insuficiência de uma visão de instrumental técnico-operativo restrito à habilidade e ao manejo desse repertório, pois esta é uma concepção que isenta o instrumental de suas relações mais amplas, restringindo-o à sua condição de acervo técnico.

Neste sentido, apresentamos um esforço analítico de situar o significado sócio-histórico dos instrumentos e técnicas nas atividades humanas, especialmente naquelas voltadas à regulação das relações sociais. Particularizando o instrumental do Serviço Social, recuperamos os diferentes tratamentos teórico-políticos conferidos ao instrumental em diferentes momentos históricos da profissão; articulando-o às mudanças no espaço sócio-ocupacional e aos diversos projetos profissionais.

Particularidades do instrumental técnico-operativo do Serviço Social no processo de produção e reprodução social

Para a análise do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, tomamos como necessária a demarcação da natureza do trabalho do assistente social: a partir de sua inserção nas estruturas institucionais prestadoras de serviços sociais. Ao atuar na prestação dos serviços sociais, vinculados às diversas políticas sociais, o assistente social se insere na esfera das atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Isto pode ser posto na medida em que podemos observar a participação dos profissionais de Serviço Social na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações que tanto incidem sobre as condições de vida dos trabalhadores (saúde, alimentação, educação, habitação, lazer, dentre outros), quanto

* Texto publicado na Revista Temporalis nº04, Ano II, julho a dezembro de 2001. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Brasília: ABEPSS, Grafiline.

produzem efeitos ideológicos que reforçam (ou não) a aceitação das condições de compra e venda da força de trabalho.

Trata-se, portanto, de atividades que oferecem bens e recursos complementares à sobrevivência dos trabalhadores e que atendem às necessidades de normatização e controle dos comportamentos sociais. Assim, o Serviço Social ocupa seu espaço na *divisão social e técnica do trabalho*, ao lado de outras profissões, participando da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução social. Especialmente a partir do capitalismo monopolista, quando se desenvolvem diversas iniciativas de intervenção social que procuram enfrentar as expressões da questão social¹. Para a consecução dessas práticas sociais é necessária a participação de alguns profissionais, dentre eles o assistente social, na implementação de políticas sociais, seja em seu planejamento, seja na execução direta junto à população.

Para a efetivação de sua ação, os profissionais acionam um instrumental técnico-operativo que constitui um conjunto de instrumentos e técnicas diferente daquele utilizado na esfera da produção material, cuja base é a transformação de objetos materiais. Aqui vale destacar que não se trata de desconsiderar que o processo de produção e reprodução social se constitui não somente como um processo de produção material, visto que envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, sendo, portanto, reprodução material e reprodução das formas de relação entre os homens. Dessa forma, reafirmamos a compreensão de que o processo de produção, voltado à satisfação das diversas necessidades humanas, envolve tanto as atividades diretamente vinculadas à produção de bens materiais, quanto aquelas voltadas à regulação das relações sociais. Ambas, progressivamente articuladas, devido à diversificação e complexificação das necessidades sociais.

No entanto, cabe demarcar a existência de particularidades que permeiam as atividades que se desenvolvem nas atividades que produzem bens materiais, daquelas que não os produzem, ainda que ambas participem da mesma totalidade – o processo de produção e reprodução social. Dessas particularidades derivam as formas diferenciadas assumidas pelos instrumentos nas atividades voltadas à produção material e nas atividades direcionadas à regulação das relações sociais. Como o Serviço Social é uma profissão participante das variadas formas de intervenção social, voltadas para a regulação das relações sociais, logo, para o tratamento do instrumental técnico-operativo do Serviço Social é necessário delimitarmos as particularidades do instrumental nos

^{**} Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela UFRJ, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

¹ Aqui, estamos considerando que o significado da *questão social* é muito mais amplo do que a noção de problemas sociais isolados e desconectados das determinações econômicas e políticas, embora assim seja tratada pelo capitalismo.

processos de reprodução material e nos processos de reprodução ideológica dos homens.

Desde quando o homem procurava na natureza (em seu estado mais puro) os elementos que poderiam satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, faz-se necessário o emprego de meios que viabilizem o domínio dos elementos naturais, a fim de que eles sejam transformados em objetos adequados às necessidades de sobrevivência humana. Ao longo do desenvolvimento histórico das forças produtivas, o homem tem aprimorado os meios necessários à objetivação daquilo que é necessário para sua sobrevivência material, à medida que se complexificam as exigências de transformação da natureza, a partir do que é posto pelas suas necessidades.

Do processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção faz parte o aprimoramento dos *meios de produção*, adaptados à sofisticação das necessidades vinculadas à reprodução material e social dos homens. Nesse sentido, os instrumentos - como parte dos *meios de produção* - também se aprimoram, o que possibilita o desenvolvimento daquilo que passou a ser chamado de *técnica*.

O conceito de *técnica* está marcado por uma complexidade e uma amplitude que podem ser verificadas na diversidade de conceituações e classificações a ele atribuído². Aqui, tomamos a técnica associada aos instrumentos: enquanto estes são compreendidos como elementos mediadores e potencializadores do trabalho, a técnica pode ser definida no sentido de ser a “habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos” (Vargas, 1994, p.15). Dessa forma, falaremos do instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento - qualitativamente diferenciado - ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o atendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho.

Podemos destacar, ainda, que a criação e o uso da técnica estão intrinsecamente vinculados às relações sociais estabelecidas entre os homens, e destes com a natureza. Braverman (1987, p.197) destaca a impertinência de qualquer ponto de vista que tome a tecnologia como independente dos arranjos sociais, pois ela é produto do trabalho humano, destinada e construída pelos homens. Segundo Katz (1996, p.9-10), as

² Cf. Castoriadis (1997, p.293-305), Campagnolli (1993), Vargas (1994, p.15)

mudanças tecnológicas expressam a potencialidade da capacidade do homem em transformar a natureza por meio do trabalho. As inovações são motivadas pela potencialização da produtividade, independente do tipo de sociedade referida, embora a geração e apropriação dos frutos desse processo estejam sob regência das relações de produção. A tecnologia é um fenômeno eminentemente social, pois a mudança tecnológica, desenvolvida através do trabalho, é integralmente configurada pelo modo de produção dominante.

Até o século XIX, o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas voltam-se, apenas, para a indústria e para os transportes, o que muda no início do século XX. Na esfera do processo de produção de bens materiais, as técnicas deixam de ser utilizadas apenas na confecção dos produtos, pois são incorporadas à organização do processo produtivo (a *Gerência Científica* é um exemplo emblemático), à gestão dos recursos materiais e humanos nele envolvidos, e nas atividades voltadas à circulação e ao consumo de mercadorias e serviços. Dessa forma, é possível falar de tecnologias sociais.

No processo de complexificação da sociedade capitalista, um novo campo se coloca no horizonte da ciência: o homem e suas relações sociais. Isto porque, o processo de consolidação do modo de produção capitalista, impulsionado pelo crescimento da industrialização, é acompanhado pelo aumento da miséria e de várias manifestações que abalam a ordem social necessária à hegemonia burguesa. Essa realidade (notadamente a partir da segunda metade do século XIX) alavanca o incremento de um conhecimento científico do qual é exigido não somente explicações sobre estes fenômenos sociais, mas principalmente a elaboração de subsídios para a criação de mecanismos reguladores e moralizadores das relações sociais, nos moldes adequados aos interesses das classes dominantes.

Assim, o racionalismo próprio à hegemonia burguesa, de cunho formal e abstrato, infiltra-se nas relações sociais entre indivíduos, instituições e organizações sociais, funcionando como mecanismo de produção e reprodução ideológica. No século XX, as bases desse pensamento racionalista formal se repõem em várias teorias sociais particulares (especialmente as disciplinas especializadas ligadas às ciências sociais), bem como nas diversas especializações profissionais, voltadas à intervenção social. Instala-se um paradigma de explicação e ordenação da realidade social, que toma os fenômenos sociais com um padrão de objetividade semelhante àquele empregado para os fenômenos naturais. Com isso, as necessidades de legitimação da ordem burguesa levam à persistência de um pensamento que nega a constituição ontológica do real como totalidade, referendando uma racionalidade que não considera as determinações referentes à ruptura entre ser natural e ser social.

Nessa perspectiva, a instrumentalidade se vê limitada a um padrão que contempla apenas as ações racionais, que produzem fins imediatos. Transpõe-se para a vida social a razão técnica, instrumental, que impulsiona a revolução técnico-científica realizada no processo de trabalho, reduzindo a razão substantiva a apenas uma das dimensões que a constituem: a razão instrumental (Guerra, 1995, p.165). A tecnologia de cunho social é aprimorada como um 'fazer' que é dado 'coisa', isto é, tecnologia como 'modo de fazer', desprovida de qualquer conteúdo político. Nessa perspectiva, a sociedade é tomada como um organismo cujos padrões de funcionalidade são semelhantes ao organismo natural. A técnica passa a ser aplicada para melhorar a engrenagem social, para que nela se produzam homens cada vez mais adaptados a um padrão social que não é considerado fruto da história, mas dado como um dos elementos da natureza.

Ao considerarmos esse processo de desenvolvimento de instrumentos e técnicas utilizados na regulação das relações sociais, é possível delimitar alguns elementos que permitem diferenciá-los daqueles que medeiam as relações dos homens com a natureza. Os instrumentos de trabalho se desenvolvem como meios materiais que possibilitam transformar o objeto. Funcionam como extensão do braço humano, mesmo quando os meios de produção se sofisticam a ponto de substituir o trabalho manual pelo controle das máquinas. Sua aplicação requer o conhecimento dos nexos causais dos objetos a serem transformados (sejam eles objetos naturais ou produtos do trabalho humano), que possuem uma legalidade passível de ser apreendida com uma certa exatidão, através do estudo das reações químicas, físicas, biológicas neles envolvidos. Além disso, o resultado do trabalho pode ser antecipado de uma maneira mais aproximada do que será o produto real, pois se tratam de elementos concretos, controláveis na sua manipulação.

No caso dos instrumentos e técnicas que medeiam as atividades produtoras de regulação das relações sociais - aqueles que servem de apoio para o estabelecimento e controle de determinados comportamentos sociais (baseados em normas sociais) - não são objetos concretos, não são meios materiais que potenciam a ação sobre objetos materiais. Estes instrumentos possuem um caráter menos 'instrumental' (no sentido de ser algo que se utiliza para ajudar a atingir um resultado concreto) e mais processual, pois a mediação se constitui em procedimentos, atitudes, posturas que visam levar os homens a produzir novas atitudes.

Diferentemente dos instrumentos que medeiam a produção material, eles não trazem em si uma dinâmica de aplicação que, se seguida à risca, proporcionará a consecução daquilo que foi planejado. Os aspectos relativos à relação subjetividade/objetividade são muito mais decisivos, já que os resultados almejados se referem à mudança na consciência de outras pessoas, na mudança de seus comportamentos. A mediação se realiza menos pela eficiência da configuração e

organização da técnica, do que pela postura e atitude do sujeito que age. Daí, porque, esses instrumentos e técnicas sociais só adquirem conteúdo à medida que são postos em movimento pela subjetividade. O alcance dos resultados pretendidos é muito mais incerto, o leque de alternativas é muito maior, e as possibilidades de controle do processo de desenvolvimento da atividade e dos resultados é muito menor.

Nessa análise cabe ressaltar um aspecto fundamental: ainda que as chamadas técnicas sociais apareçam como instrumentos de aplicação imediata, portadores de um poder de racionalização das ações sociais que prescinde de qualquer definição política, seu caráter social está presente desde a sua formulação. É diante das exigências de controle dos conflitos sociais, que se torna necessário o desenvolvimento de uma racionalização da intervenção social. Dessa forma, as técnicas não são portadoras de uma capacidade imanente de alcançar determinados resultados, pois são mobilizadas a partir da capacidade *teleológica* dos sujeitos, no sentido de pôr finalidades, a partir das necessidades presentes na realidade a ser transformada. Portanto, há um conteúdo e uma direção social próprios ao uso das técnicas, que impossibilita qualquer consideração sobre uma possível neutralidade técnica.

Quando tratamos dos instrumentos e técnicas do Serviço Social estamos transitando entre as práticas humanas que se voltam para a transformação de outras atitudes humanas, aquelas que incidem sobre as consciências. Portanto, os instrumentais que as potencializam não se caracterizam como um acervo de instrumentos e técnicas materiais. São instrumentos e técnicas elaborados e organizados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais e utilizados por diversas práticas sociais, para modelar o comportamento humano, para racionalizar as relações entre os homens, atendendo a diferentes interesses sociais. São instrumentos que potencializam a produção de atitudes, posturas e comportamentos adequados a estes diferentes interesses.

Consideramos, então, que o Serviço Social é parte do processo de reprodução social e que se a sua prática se desenvolve no interior da divisão social e técnica do trabalho - como uma especialização do trabalho coletivo - sua instrumentalidade sofre as determinações da dinâmica social, da qual emanam as demandas para as instituições nas quais os assistentes sociais atuam. Para a consecução de seu trabalho, os assistentes sociais acionam um instrumental técnico-operativo, que contribui para a viabilização da inserção da profissão em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. Dessa forma, os instrumentos e técnicas, ao mediar e potencializarem a intervenção profissional, participam da realização dos efeitos concretos produzidos pelo trabalho profissional nas relações sociais.

A partir desta análise sócio-histórica, é possível considerar que o uso do instrumental está marcado tanto pelas configurações/alterações no movimento de

mudanças da base sócio-organizacional, quanto pelas respostas/projetos profissionais elaborados pela categoria. Nessa perspectiva, é possível avançar para além de uma compreensão sobre o instrumental que o limita ao seu caráter técnico, relacionando-o às demandas concretas postas à profissão, bem como às suas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas.

Recuperando os diferentes tratamentos conferidos ao instrumental na trajetória histórica do Serviço Social

Compreender o instrumental técnico-operativo do Serviço Social nas suas articulações com as configurações do espaço sócio-ocupacional e com os projetos profissionais construídos ao longo da história da profissão remete-nos a duas dimensões fundamentais para a análise do Serviço Social: as demandas sociais que exigem iniciativas de intervenção social, das quais participam os assistentes sociais; e a elaboração de respostas profissionais quando da participação dos assistentes sociais nestas iniciativas de intervenção social.

Quanto às primeiras (demandas sociais), podemos denotar que são históricas e são produzidas por necessidades sociais que derivam da prática histórica das classes sociais, nos atos de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho, de forma socialmente determinada. Assim, quando os profissionais acionam o arsenal de instrumentos e técnicas, estes medeiam e potencializam ações que são parte do atendimento a estas demandas sociais determinadas historicamente. Deriva daí nossa argumentação no sentido de recuperar a historicidade da inserção dos profissionais no atendimento às demandas sociais, para assim compreendermos os diferentes tratamentos conferidos ao instrumental ao longo da história do Serviço Social.

Além disso, também se torna necessário recuperar as variadas possibilidades de respostas profissionais que têm sido elaboradas nessa trajetória histórica. Trata-se de perceber que não há homogeneidade no campo profissional. A sua dinâmica histórica mostra a existência factual de confrontos, conflitos e opções diferenciadas para o encaminhamento da ação profissional. O conjunto formado pelos profissionais de Serviço Social comporta diferentes objetivos profissionais, posturas ético-políticas, atitudes e habilidades técnico-instrumentais, os quais encerram diferentes concepções teórico-políticas e ideológicas sobre a sociedade e a profissão – respaldando a existência de diversos projetos profissionais. (Netto, 1999).

Nos diversos projetos profissionais do Serviço Social, podemos encontrar diferentes concepções de profissão, que passam por distintas compreensões acerca do objeto profissional, de seus objetivos, bem como sobre seu instrumental técnico-operativo. O debate acumulado sobre a intervenção profissional tem sido marcado por

formulações e práticas vinculadas a diferentes projetos profissionais, cada uma delas atribuindo significações diferenciadas para o arsenal de instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais - cuja constituição se distancia de um todo homogêneo e meramente técnico. Tais diferenciações passam por variados entendimentos sobre a sociedade e a profissão, tangenciando a utilização do instrumental na consecução da prática. Dessa forma, afastamos qualquer possibilidade de autonomia do instrumental, pois ele também compõe o projeto profissional, como elemento fundamentalmente necessário à objetivação das ações profissionais; assim, o instrumental é parte da direção teórico-política da prática profissional.

No período inicial do Serviço Social no Brasil, o seu componente técnico-operativo é montado a partir da incorporação de instrumentos próprios às tradicionais formas de assistência, aliados às orientações técnicas e doutrinárias próprias da ação social católica³. E isto não ocorre por acaso, na medida em que, naquele período, já se dissemina o pensamento racionalista-moralizador, impulsionado pelo desenvolvimento das ciências sociais (notadamente da Sociologia). Trata-se de um pensamento que incorpora a razão técnica - tão cara ao capitalismo monopolista - ao âmbito do conhecimento e da intervenção nas questões relativas às relações sociais. Assim, a preocupação com os aspectos técnicos chega às diversas práticas de assistência, possibilitando o desenvolvimento de alguns procedimentos interventivos que possam garantir eficiência à consecução de seus objetivos. Dados os vínculos entre essas práticas e o Serviço Social, não é de se estranhar que muitos de seus métodos de atuação tenham sido incorporados pela emergente profissão.

Campagnoli (1993, p.86-7) aponta alguns dos procedimentos comuns às primeiras iniciativas de assistência, que são absorvidos pela prática dos pioneiros do Serviço Social. São eles: estudo das necessidades individuais, familiares e de localidades carentes; avaliação das solicitações de ajuda; triagem dos problemas constatados; concessão de ajuda material; aconselhamentos; utilização dos recursos institucionais para encaminhamentos e incentivo à inserção no mercado de trabalho. Os agentes também realizam visitas domiciliares, elaboram inquéritos sociais, encaminhamentos e triagem/seleção dos casos. Essa intervenção tem um cunho eminentemente individualizado, pautado especialmente na manutenção de um relacionamento entre assistente social e cliente, mediado pela realização de entrevistas e visitas domiciliares.

Antes mesmo da fundação da primeira escola brasileira de Serviço Social, no ano de 1936, os membros do *Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS)* já desenvolvem trabalhos junto às famílias operárias nos chamados *Centros Operários*, com

³ Como pode ser visto, por exemplo, na encíclica *Quadragesimo Anno* – dos anos 1930 - que combina elementos doutrinários com a ênfase no incremento dos aspectos técnicos necessários à ação social.

a realização, por exemplo, de aulas de tricô e outros trabalhos manuais, além de palestras educativas. Nessas ações, os agentes já utilizam alguns procedimentos oriundos de práticas sociais anteriores, tais como: reuniões, contatos individuais, inquéritos sociais e visitas domiciliares, os quais, embora ainda não estejam revestidos da sofisticação de técnicas, já cumprem o papel de ajudar na operacionalização das ações.

Desde o início das práticas de Serviço Social em instituições estatais e para-estatais - destinadas especialmente à prestação de serviços de assistência – os profissionais desenvolvem vários procedimentos técnicos. Um dos eixos do trabalho consiste na realização de investigações sobre as condições de vida das famílias operárias, valendo-se, para isto, da visita domiciliar e da aplicação de inquéritos sociais, através de entrevistas com membros da família e pessoas afins. Outro eixo refere-se ao trabalho de educação voltado, por exemplo, às orientações sobre questões morais, de higiene e de utilização racional da renda familiar. Trata-se de uma orientação moral e social que recai, quase sempre, na doutrinação religiosa, fundamentada no objetivo da reforma social, a partir da reciclagem do homem e de sua família. Nas empresas, os profissionais mobilizam instrumentais de abordagem individual, realizam reuniões, círculos de estudo, palestras e outros instrumentos educativos.

Pode-se ver, então, que os procedimentos desenvolvidos pelos assistentes sociais, nesse início de profissionalização, não se diferenciam muito daqueles próprios às tradicionais formas de assistência, de caridade. Entretanto, isso não significa uma mera transposição do “como fazer”, na medida em que a modernização do apostolado social, fornecedora das bases formadoras do Serviço Social, põe as iniciativas filantrópicas num patamar diferenciado daqueles desenvolvidos desde o século XIX. A forma de operacionalizar as tarefas específicas até podem ser as mesmas, no entanto o contexto histórico das relações sociais em que elas estão inseridas é diferenciado. Trata-se, agora, de uma forma de intervenção ideológica que se insere em novas correlações de forças entre as classes, especialmente devido ao crescimento numérico e organizativo do proletariado. Para conter a exacerbação das contradições, gerada nesse novo contexto sócio-político, a intervenção nas manifestações da questão social exige práticas mais eficientes do que as dispersivas iniciativas benevolentes. É necessário que a assistência seja o suporte de uma atuação voltada ao enquadramento das populações pobres e dos trabalhadores, aos ditames econômico-ideológicos da burguesia, que ora consolida sua condição de classe dominante, no Brasil.

A demanda crescente por uma intervenção técnica (organizada e planejada), desencadeada nas instituições de prestação de serviços sociais, está articulada às exigências postas pelas mudanças na configuração da questão social brasileira e às

conseqüentes medidas governamentais formuladas para enfrentá-la. Por isso, as ações espontâneas e filantrópicas não são mais suficientes para atender à racionalidade exigida pelo Estado, nas décadas de 30 e 40.

No processo de estruturação da base sócio-organizacional que sustenta o desenvolvimento do Serviço Social, começam a se estruturar (com mais consistência) os respaldos teórico-metodológicos e ético-políticos fundamentadores da profissão, bem como começa a se organizar um arsenal técnico que possibilita sua intervenção. Naquilo que de mais próximo existia aos propósitos da nova profissão, ou seja, nas tradicionais práticas de assistência, busca-se o acervo técnico já desenvolvido. No entanto, esses recursos técnicos passam a ser implementados em práticas mais organizadas, seja nas entidades de ação social, seja nas instituições estatais, ou ainda nas empresas privadas. Por isso, não é suficiente uma mera transposição do arsenal prático-interventivo dos agentes sociais da caridade tradicional. Os procedimentos acumulados ao longo das experiências anteriores estão agora matizados pelas recomendações de tecnificação das práticas sociais da Igreja, pelo influxo da Sociologia e da Psicologia e pela racionalização do Estado. Portanto, os instrumentos são repostos, para atender às exigências próprias ao novo contexto sócio-político, que se delineia a partir dos anos 30. Daí a estreita articulação entre os procedimentos e a direção social assumida pelo Serviço Social, nessa primeira fase de sua profissionalização.

As exigências de tecnificação do Serviço Social são atendidas com a maior qualificação de seu acervo de procedimentos interventivos, por meio da importação da produção profissional norte-americana, marcada pelos influxos advindos da Sociologia conservadora norte-americana, que ao final da Segunda Guerra Mundial inicia um período de maturidade. A produção sociológica norte-americana deixa de analisar e conjurar os fenômenos sociais de desvio e de desorganização social, passando a estudar as possibilidades de uma mudança social, dentro de condições de estabilidade próprias à hegemonia americana do período. Prevalece, nesse momento, o empirismo quantificador, que enfatiza as abordagens individualistas e quantitativas, nas quais o indivíduo é considerado um acesso privilegiado às estruturas sociais, que determinam seu comportamento e são resultado da reunião dos mesmos. Trata-se de uma Sociologia empírica, com estreitos laços com a Psicologia de inspiração behaviorista. (Cuin e Gresle, 1994, p.205-9).

O influxo psicologizante da sociologia norte-americana desenvolve-se no momento de expansão do pensamento personalista americano, conflituoso em relação ao pragmatismo até então em voga. Essa propagação das influências psicológicas impulsiona a constituição de um meio cultural e ideológico favorável à hipervalorização da personalidade e da relação interpessoal, no trato das manifestações da questão social.

Na esfera do Serviço Social, isso corresponde ao refluxo das preocupações sociais próprias às primeiras formulações do Serviço Social norte-americano, notadamente aquelas empreendidas por Mary Richmond nos Estados Unidos, ainda que estas se efetivassem por meio de práticas individuais de assistência. Nesse caldo teórico, o projeto profissional do Serviço Social também tende a psicologizar-se. (Netto ,1992, p.118-20).

Segundo este autor (*ibid*, p.32-48), essa tendência psicologizante é própria do capitalismo monopolista, quando o Estado converte as refrações da questão social em problemas individuais, desfocados das relações sociais mais abrangentes. Trata-se da transferência das possibilidades de resolução dos problemas sociais para o âmbito pessoal, individual. Essa é uma estratégia fortemente incorporada por várias práticas sociais que se propunham a atender à parcela pauperizada da população, dentre elas o próprio Serviço Social.

A psicologização funciona, então, como um elemento legitimador da ordem monopólica, não só quando coloca sobre o indivíduo a responsabilidade por seu destino social, mas, principalmente, quando incorpora, nas instituições que se propõem a solucionar as refrações da questão social, práticas com forte conteúdo de indução comportamental. Com isso, não se consegue apenas uma ação sobre as personalidades individuais, mas empreende-se uma forte tentativa de definir os papéis sociais dos indivíduos, de acordo com os conteúdos econômicos, sociais, políticos e ideológicos compatíveis com a ordem monopólica.

Em consequência da prevalência dessa perspectiva individualista no trato das manifestações da questão social, o *Serviço Social de Casos* aparece como a abordagem profissional predominante, nesse início de institucionalização do Serviço Social no Brasil. Nas duas primeiras décadas do século XX, Mary Richmond havia desenvolvido, nos Estados Unidos, os pressupostos e diretrizes do que ela chamara de Serviço Social de Casos Individuais. No entanto ele chega ao país já sob os influxos da Psicologia, especialmente a partir da divulgação das idéias de Gordon Hamilton - seja através dos trabalhos de Nadir Kfoury (fruto de seus estudos nos Estados Unidos), seja com a tradução de seu livro *Teoria e Prática do Serviço Social de Casos*, em 1958.

Hamilton desenvolve a sua proposta de Serviço Social de Casos tomando por referência a Psicologia, mas recuperando o arcabouço operacional da obra de Richmond⁴, constituído de três fases: *Estudo, Diagnóstico e Tratamento*. O estudo do caso refere-se à fase de investigação sobre fatores internos aos indivíduos e externos ao ambiente em que ele vive, viabilizada pela aplicação de entrevistas com o cliente e com

⁴ As duas principais publicações dessa autora são *Diagnóstico Social* e *O que é Serviço Social de Casos*, publicados nos Estados Unidos respectivamente em 1917 e 1922.

peessoas de seu meio. Além disso, utilizam-se visitas domiciliares, contatos com membros da família e com técnicos, observações realizadas durante as entrevistas e visitas, reuniões familiares, dentre outros instrumentos. Esse estudo possibilita a elaboração de um *Histórico do Caso*, reunindo dados e impressões colhidos durante o inquérito. Em seguida, produz-se um diagnóstico, isto é, um parecer profissional sobre a situação psicossocial do cliente, para que seja viabilizado o *tratamento*. Este deve incidir sobre os fatores, de diversas ordens, que estejam interferindo na situação, podendo se concretizar através: da implementação de medidas para modificar o ambiente ou para o tratamento direto ao cliente, pautados principalmente no relacionamento assistente social/cliente; do apoio psicológico e emocional através de entrevistas e visitas. (Campagnoli, 1993, p.135-45).

Ainda que o Serviço Social de Casos predomine durante essa fase de institucionalização do Serviço Social brasileiro, também há espaço para a abordagem grupal, especialmente depois que ela é reconhecida como método profissional pelos assistentes sociais norte-americanos, na segunda metade da década de 40. Essa expansão pode ser creditada à divulgação das idéias de Freud no meio das Ciências Sociais, as quais chegam ao Serviço Social e influem nas já existentes práticas com grupos informais e de recreação, promovendo sua ampliação para fins terapêuticos e de tratamento. Sob as influências da Psicologia e da Psicanálise, o Serviço Social de grupos passa a ser utilizado, de forma geral, para a solução de problemas pessoais de relacionamento e socialização. Esse 'método profissional' adquire maior divulgação através, especialmente, do trabalho de Gisela Konopka⁵, assistente social e psicanalista norte-americana, cujas idéias chegam ao Brasil na década de 50, ainda que o *Serviço Social de Grupo* só tenha se consolidado, no Brasil, na década de 60, quando ele é articulado à perspectiva *desenvolvimento de comunidade*.

De forma geral, o trabalho com grupos é incorporado numa perspectiva que visa fortalecer os indivíduos, através da convivência grupal, que lhe proporcionaria um autodesenvolvimento e a possibilidade de se ajustarem às normas e valores sociais vigentes. Os influxos advindos da Psicologia e da Psicanálise motivam o interesse dos assistentes sociais brasileiros pelas técnicas de dinâmica de grupos, já que oferecem suporte para a ajuda psicossocial, tão presente na consecução da prática, naquele momento.

Nos anos 50 e, com maior vigor, na década seguinte, amplia-se o campo de atuação do Serviço Social brasileiro, quando os profissionais passam a se envolver em trabalhos sociais de caráter 'comunitário'. Nestes, desenvolvem-se processos de

⁵ *Serviço Social de Grupo: um processo de ajuda*, publicado originalmente nos Estados Unidos em 1949.

mobilização e organização de grupos de população – rural e urbana – através dos quais busca-se promover o desenvolvimento econômico-social de pequenas localidades. No início dos anos 40 esses trabalhos são próprios às práticas de *Organização de Comunidade*, mas a partir dos anos 50 passam a se desenvolver no âmbito das práticas de *Desenvolvimento de Comunidade*. Tais modelos de prática social constituem um desdobramento da política de intercâmbio econômico-político-cultural que se estabelece entre os Estados Unidos e os países da América Latina, o que, dentre outras iniciativas, possibilita o treinamento de profissionais – como os assistentes sociais - para participar de programas de desenvolvimento, a partir do final dos anos 40.

Quando o Serviço Social passa a atuar nos processos de *desenvolvimento de comunidade* é possível identificar mudanças no seu eixo de intervenção profissional: de uma prática restrita a atendimentos individuais e grupais centrados na promoção da tríade “ordem, moral e higiene”, a profissão volta-se também para o desenvolvimento de práticas cujo objetivo se expande para a promoção da harmonia social na relação Estado/Sociedade, através de uma abordagem mais coletiva. A intervenção em organização de comunidade busca melhorar o meio, as condições imediatas, deixando de centrar-se, apenas nas mudanças comportamentais do indivíduo e da família. Além disso, pode-se afirmar que o engajamento do Serviço Social no *desenvolvimento de comunidade* também significa uma busca de modalidades interventivas mais abrangentes do que o *Serviço Social de Caso e de Grupo*, ainda que estes continuem sendo aprimorados e utilizados nas grandes instituições assistenciais. Os processos educativos até então assumidos pelos assistentes sociais atingem indivíduos e pequenos grupos; com o *desenvolvimento de comunidade* os profissionais se engajam num trabalho voltado a parcelas mais abrangentes da população. Isso traz algumas inovações aos procedimentos interventivos do Serviço Social.

Na efetivação das ações de *desenvolvimento de comunidade*, os assistentes sociais têm a oportunidade de estreitar suas relações com outras categorias profissionais, visto que o trabalho coletivo adquire maior impulso nas instituições. Os trabalhos voltados às comunidades assumem um caráter educativo e mobilizador, que envolvem a atuação sobre diversos segmentos populacionais, com diferentes áreas a serem atingidas (com destaque para saúde e educação). Diante do desafio de atender às variadas demandas e diante da necessidade de racionalizar os serviços institucionais, dissemina-se a organização do trabalho multidisciplinar, através de equipes formadas por profissionais de distintas áreas, bem como o envolvimento de diferentes instituições sociais num mesmo projeto.

Essa interação entre diferentes profissões expressa-se nos instrumentos e técnicas que viabilizam os processos de *desenvolvimento de comunidade*, pois eles

provêm de diferentes disciplinas e não são utilizados exclusivamente pelos assistentes sociais. As equipes recorrem a instrumentos e técnicas derivados da Pesquisa Social, da Dinâmica de Grupo, da Comunicação Social, da Psicologia Social e da Educação, tais como: documentação, observação, diálogo e entrevista, reunião, palestra, carta circular, recursos audio-visuais e pesquisa-ação, dentre os mais comuns. Isso significa uma ampliação nas abordagens profissionais dos assistentes sociais, isto é, as demandas colocadas pelo trabalho 'comunitário' levam os assistentes sociais a não limitar sua prática apenas às abordagens individuais. É justamente nesse momento que o trabalho com grupos adquire maior importância, o que impulsiona o desenvolvimento do Serviço Social de Grupos no país, embora ele já fosse conhecido desde os anos 40.

Em relação aos 'métodos profissionais' de *Caso, Grupo e Comunidade*, pode-se afirmar que sua disseminação trouxe um embasamento técnico mais consistente para a ação profissional, com a conseqüente utilização de um instrumental mais elaborado. No entanto, neles prevalece a centralidade formalista do método, levando o profissional a se preocupar tão somente em definir um instrumental-técnico, com maior precisão e controle. Aqui está presente uma concepção de método limitada a um conjunto de procedimentos predeterminados, com a função de operacionalizar as ações através de instrumentos e técnicas, que por sua vez são abordados apenas como atitudes e habilidades.

Nos anos 70, o Serviço Social brasileiro consolida um outro projeto profissional sintonizado com as novas requisições postas pelo processo de modernização conservadora do Estado: O Serviço Social se moderniza e laiciza-se. No mercado de trabalho da década de 70 os assistentes sociais assumem atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução final, que já lhes eram peculiar. Com isso, novos instrumentais de intervenção passam a fazer parte do cotidiano profissional, exigindo o domínio de um arsenal técnico mais sofisticado⁶.

Na verdade, trata-se de uma transformação na própria legitimidade profissional, já que o assistente social agora também é reconhecido como um planejador, um administrador. Ampliam-se as funções atribuídas aos assistentes sociais, nas diversas instituições criadas para atender às manifestações da questão social, e os profissionais passam a ser contratados como técnicos sociais. A requisição é por profissionais que dominem a burocracia estatal, a administração e que utilizem a pesquisa social e o planejamento como instrumentos prioritários de sua prática. Além disso, a participação

⁶ Até então, não havia tradição de o assistente social trabalhar com planejamento e administração, pois esses eram componentes residuais na prática, mesmo considerando as inovações do DC na década de 60.

dos assistentes sociais nas equipes multiprofissionais das instituições permite uma maior interlocução com outras profissões e disciplinas.

Vemos que essa realidade particular do Serviço Social está totalmente sintonizada como o padrão técnico-burocrático de gestão do desenvolvimento capitalista do período, oriundo da racionalização do processo produtivo e da gerência da força de trabalho, bem como das políticas de cunho estatal. O assistente social passa a fazer parte do conjunto de profissionais cuja formação é colocada a serviço do projeto de modernização do capitalismo monopolista brasileiro. Isso se dá, principalmente, pelo incremento da “filosofia do planejamento”, organizadora e orientadora racional do intervencionismo estatal, que fundamenta o exercício de funções instrumentais, o que expressa, também, uma concepção de mundo, uma ideologia.

Através da análise de significativas produções da década de 70⁷, pode-se verificar que as principais formulações alinhadas ao *projeto profissional modernizador* reconhecem as limitações da prática do Serviço Social tradicional; no entanto, buscam uma renovação profissional sintonizada às exigências e demandas postas pelas propostas e práticas “desenvolvimentistas” dos vários governos ditatoriais. A princípio, os profissionais “modernizadores” propõem superar as limitações da prática profissional consolidada ao longo das décadas de 30 a 60; no entanto, o máximo que conseguem é imprimir aos tradicionais métodos de Caso, Grupo e Comunidade um revestimento teórico-técnico mais sofisticado. Torna-se marcante nesse projeto de modernização, a busca pela ‘cientificidade’ do Serviço Social, sendo determinante, para a renovação profissional, absorver uma gama de referenciais ‘científicos’ que fundamentem as ‘novas’ propostas. Isso acaba promovendo um ecletismo teórico-filosófico que se traduz, principalmente, na convivência entre os pressupostos axiológicos neotomistas e as referências teóricas do estrutural-funcionalismo.

O conservadorismo continua muito presente no universo ideológico no qual transita o Serviço Social, especialmente no tocante às características da política tecno-burocrática de gestão da economia e das relações sociais. Essas políticas baseiam-se numa razão técnica e num saber científico, ambos colocados pretensamente ‘a serviço de todos’ e voltados ao atendimento do ‘bem-comum’. Daí a sintonia entre os propósitos integradores das propostas modernizadoras e a necessidade de controle social e político das classes subalternas, colocada pelas classes dirigentes da ditadura.

Ao Estado cabe uma ação centralizadora - voltada ao intervencionismo na economia e no planejamento para o desenvolvimento - pautada numa racionalidade técnica. Nesse contexto de redefinição do Estado, cresce a demanda pelo trabalho de

⁷ Falamos dos Documentos de Araxá e o de Teresópolis, e das produções de Lucena Dantas e Balbina Vieira.

tecnólogos, de tecnocratas e de agentes profissionais capazes de organizar o 'funcionamento social', no nível macroestrutural. Daí a preocupação dos assistentes sociais em retirarem sua metodologia profissional do âmbito restrito da microatuação (notadamente do atendimento clínico), ampliando-a para as dimensões técnicas do planejamento, da administração, por exemplo. Entretanto, o que prevalece nas produções da profissão são formulações que continuam tratando dos métodos de Caso, Grupo e Comunidade, procurando encontrar formas práticas de integrá-los aos grandes objetivos de envolver indivíduos, grupos e comunidades ao processo de desenvolvimento do país.

Nos últimos anos da década de 70, a hegemonia do *projeto profissional modernizador* passa a ser questionada por setores profissionais de diferentes matizes. De um lado, a crítica advém do segmento atrelado à tradição profissional - de extração católica - resistente ao movimento de laicização e às inovações promovidas pela modernização. De outro lado, os questionamentos partem de setores profissionais que se incompatibilizam com o traço conservador da modernização e com sua pertinência à ditadura, aguçados pela crítica aos rumos políticos ditatoriais e aos substratos teóricos do projeto hegemônico da década de 70. (Netto, 1991, p.156-7). Essas duas tendências críticas ao projeto modernizador constituem – ao final da década de 70 – as principais direções de renovação da profissão que se farão presentes no debate profissional dos anos 80: a vertente de *reatualização do conservadorismo* e a vertente de *ruptura*⁸. Veremos que dessas duas, apenas a segunda constitui um novo projeto profissional, pois ainda que a primeira vertente incorpore um novo referencial teórico-filosófico para o Serviço Social – a Fenomenologia – a orientação profissional que ela propõe permanece alinhada aos projetos já existentes (de institucionalização e de modernização).

As propostas de prática do Serviço Social alinhadas à vertente fenomenológica⁹ centram a ação profissional no atendimento individual que se desenvolve através de um processo de “ajuda psicossocial” (CBCISS, 1986, p.185; Almeida, 1989, p.116). Através do *diálogo*, o assistente social e o “cliente” experimentam um processo de reflexão sobre a “vivência” deste último, o que possibilita um processo de transformação da situação¹⁰, a partir da capacitação do cliente para transformar sua realidade. Dessa forma, acredita-se que o assistente social superaria a prática baseada nos fundamentos positivistas e funcionalistas - que levam o profissional a buscar explicações da situação do “cliente” e a imputar-lhe soluções burocráticas para os seus problemas – substituindo-a pela compreensão da realidade do ‘cliente’. Aliás, a noção de “cliente” é substituída – nessa vertente – pela de “pessoa”, o que possibilita que ele deixe de ser tratado como

⁸ Ambas qualificadas por Netto (1991).

⁹ Destacamos as propostas de Almeida (1989), Carvalho (1987), CBCISS (1986, p.183-193) e Pavão (1984).

“beneficiário de um programa”, como “oprimido, alienado, desajustado” e passe a ser reconhecido por sua condição humana. “Pessoa para a proposta é o homem total que é sujeito, logo racional e livre. A ajuda psicossocial é oferecida à pessoa como tal.” (Almeida, 1989, p.119).

A entrevista constitui um instrumento básico para viabilizar o diálogo entre assistente social e “cliente”; todavia essa vertente propõe que ela seja utilizada numa perspectiva diferenciada daquela assumida pelos modelos funcionais de prática – o que engloba as abordagens burocráticas e as técnicas de apoio psicológico. Ou seja, na entrevista o assistente social “não submete a situação observada e o cliente a uma análise conceitual, classificadora, orientada por um esquema de idéias e direcionada para determinados fins”. (Carvalho, 1987, p.30).

A vertente fenomenológica propõe, então, uma abordagem individual que seja transformadora da situação vivenciada pelo “cliente” e que não dependa de uma intervenção externa do assistente social; mas de um processo desencadeado pelo próprio “cliente”, no qual o profissional participe para ajudá-lo a se capacitar para promover a transformação. Dessa forma, a prática profissional fica circunscrita ao circuito psicossocial, fundamentada por uma compreensão de “pessoa” desarticulada das determinações históricas, pois o processo se limita à vivência, ao existencial de cada um. A transformação à qual se propõe mantém-se no nível da individualidade, o que não altera a situação concreta do “cliente”, que está, sim, marcada pelas relações sociais, desconsideradas por essa vertente.

Na passagem dos anos 70 para os 80, o clima político de discussão e de luta pela redemocratização do país favorece a cultura crítica assumida pelos setores profissionais, alinhados com o *projeto de ruptura*. A conjuntura ditatorial dos anos 70 tinha posto inúmeras dificuldades políticas para que essa perspectiva profissional deslanchasse, por isso somente com a abertura política é possível a emergência desses propósitos profissionais. Claro que não se trata de uma tendência majoritária na categoria profissional, pois a maioria dos profissionais continua inserida nas instituições e empresas, sob a égide das orientações modernizadoras. O que é factual é a existência de um movimento mais forte de renovação profissional, cujas premissas põem em questão toda a base profissional até então construída, tanto nas formulações teóricas quanto na prática, no interior das instituições. Aos poucos, parcelas significativas da categoria profissional reconhecem a necessidade de recorrer a um conhecimento desvelador das contradições da realidade social, que possibilite uma postura profissional

¹⁰ “Situação social problema” (conforme CBCISS, 1986, p.187) ou “situação existencial problematizada” (conforme Almeida, 1989).

mais voltada aos interesses dos setores subalternos da sociedade, em sintonia com a expansão do movimento sindical e das organizações populares.

Assim, um outro projeto profissional se põe no universo do Serviço Social, mas com um diferencial: é o primeiro a enfrentar criticamente a gênese e o desenvolvimento da profissão, priorizando os questionamentos à estrutura econômico-social e não se limitando a promover mudanças na constituição interna do Serviço Social. Daí sua capacidade de polarizar, antagonicamente, com os projetos já existentes. Sua importância não minimiza a infinidade de problemas teóricos e políticos que se desencadeia em seu processo de constituição, mas estes não impedem que, ao longo da década de 80, o *projeto profissional de ruptura* amadureça e consiga garantir seu lugar na história de renovação da profissão.

Analisando algumas das primeiras formulações da ruptura, especificamente o *Método BH* (Santos, 1983) e a proposta do INOCOOP (Abramides, Mazzeo, Fingerhann, 1984) verificamos que elas contêm uma forte resistência às tradicionais práticas de prestação de serviços sociais. Nestas, a intervenção profissional concretiza-se através de abordagens individuais e abordagens grupais, marcadas pelo atendimento psicossocial. Nas propostas do novo *projeto profissional*, as 'problemáticas sociais' são relacionadas às desigualdades produzidas pelo capitalismo, rejeitando-se a sua compreensão como disfunções individuais que precisem de 'tratamento' social. Assim, a atuação profissional volta-se para as abordagens coletivas que procuram mobilizar a população, para reivindicar o atendimento às suas necessidades. A prioridade passa a ser o incentivo à participação da população na definição das necessidades a serem atendidas e na execução de ações de mobilização e organização social. Daí a preocupação dos profissionais com a conscientização política dessa classe.

Diante disso, percebemos que, nessas propostas, o tratamento conferido ao instrumental técnico-operativo da profissão assume uma outra direção. À medida que as práticas institucionais tradicionais e modernizadoras são postas em xeque, há uma tendência de refutação do instrumental que lhes dá suporte - aqueles próprios ao Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Os instrumentos burocráticos e administrativos de organização formal do aparato de serviços institucionais, as técnicas de abordagem individual (de cunho psychologizante) e de grupo (terapêuticas), não são incluídos nessas formulações da *ruptura*.

O que se vê é a priorização de instrumentais que potencializem práticas de cunho coletivo, que possibilitem viabilizar a participação da população. Destacam-se, nesse campo, as atividades grupais nas quais se promovem discussões e debates sobre a conjuntura, por exemplo; ou instrumentos de mobilização, como assembléias, realização de abaixo-assinados, organizações de comissões e grupos de trabalho. O planejamento

e a programação de atividades aparecem nessas propostas, mas com o diferencial de se realizarem com o envolvimento da população. Estes são instrumentos que já estavam presentes nos trabalhos de *desenvolvimento de comunidade* dos anos 60 e 70. No entanto, eles são retomados numa perspectiva de prática promotora de atividades coletivas que não visam a integração social dos membros da 'comunidade', mas objetivam o incremento da consciência de classe e o incentivo a ações de reivindicação e de organização, para garantir direitos sociais. Assim, o enfoque do instrumental é diferenciado.

Outro ponto que se destaca é a importância do uso de instrumentos de investigação, já que há uma preocupação em realizar diagnósticos da realidade que fundamentem as ações. Não mais um conhecimento produzido pelo assistente social sobre a realidade do 'cliente', mas um processo de investigação que envolva a população no conhecimento crítico, sempre visando a transformação da realidade; daí a importância das metodologias de pesquisa-ação e pesquisa participante. Enfim, nas primeiras formulações da *ruptura*, a negação das abordagens profissionais, próprias ao projeto de institucionalização e modernização, não significa negligência da dimensão operativa da prática. Há um redirecionamento do instrumental, para atender aos objetivos profissionais pautados na "conscientização e organização da população". Ainda que os equívocos políticos e teórico-metodológicos estejam presentes nessas propostas, a negação do instrumental se refere àqueles próprios à prática tradicional, havendo uma valorização dos instrumentos e técnicas que possibilitam redimensionar a prática para um sentido mais coletivo.

O esforço de ruptura com o Serviço Social tradicional e modernizador adquire maior consistência na passagem para a segunda metade da década de 80 e alguns fatores contribuem para este fortalecimento. No plano teórico, os profissionais buscam uma análise das fontes originais marxianas, surgindo inúmeros estudos que procuram tanto aprofundar as formulações originais, quanto explorar as possibilidades de sua utilização para a compreensão de questões próprias do Serviço Social e de seu objeto de intervenção. Os textos produzidos por assistentes sociais demonstram mais consistência e melhor fundamentação teórica, consolidando a hegemonia das produções de inspiração marxista. A convivência com várias áreas do saber, na Universidade, possibilita um intercâmbio mais qualificado com as Ciências Sociais e com a tradição marxista, enriquecendo esse processo.

Segundo Silva e Silva (1995, p.84-96), nessa construção de novas alternativas para a prática profissional estão presentes algumas "teses configurativas": esforço de superação do Serviço Social tradicional; desvelamento da dimensão político-ideológica da profissão e explicitação do caráter contraditório de sua prática; vinculação da ação

profissional com as classes populares e transformação social como horizonte da prática do Serviço Social; redefinição do trabalho institucional; resgate da Assistência Social como espaço do exercício profissional. Para a viabilização da prática nessa nova perspectiva, os assistentes sociais desenvolvem algumas estratégias básicas, detectadas por Silva e Silva (*ibid*) e sistematizadas como “eixos articuladores” da prática profissional: *Formação de alianças, educação popular, investigação-ação, assessoria aos setores populares, redefinição da prática da Assistência Social*.

Pode-se perceber que a consecução dos objetivos profissionais de *ruptura* exige a superação dos modelos interventivos formais-abstratos. Coloca-se cada vez mais a necessidade dos profissionais se apropriarem de um arsenal heurístico que possibilite uma análise crítica e realista das contradições e possibilidades contidas na dinâmica das políticas sociais - tomadas como espaço privilegiado de intervenção. Os procedimentos interventivos são colocados em articulação direta com as práticas organizativas das classes populares, exigindo que o assistente social se aproprie de instrumentos e técnicas capazes de potencializar uma prática de cunho coletivo.

Na contemporaneidade, mais precisamente, desde os anos 90, as configurações e reconfigurações da questão social e o redimensionamento das intervenções sociais sobre as suas manifestações vêm rebatendo diretamente no mercado de trabalho do assistente social e nas suas atribuições profissionais¹¹. Nos últimos anos, tem ocorrido uma crescente diferenciação dos espaços sócio-ocupacionais da profissão, no ritmo da reestruturação dos espaços institucionais públicos e privados. As demandas e requisições colocadas ao Serviço Social sofrem significativas mudanças, com a redução e/ou reconfiguração de demandas tradicionais, como também novos perfis para as demandas. No contexto de reordenamento das formas de enfrentamento das manifestações da questão social, verificamos que os efeitos sócio-ideológicos produzidos pela prática do Serviço Social tomam parte dos novos processos econômico-sociais que estão em curso na sociedade contemporânea.

Podemos tomar como exemplo ilustrativo a atuação dos assistentes sociais no Estado, para situarmos alguns processos de continuidades e rupturas na composição dos procedimentos profissionais e no seu arsenal técnico-operativo. A seguir, destacamos alguns destes processos.

Na esfera pública estatal os assistentes sociais continuam requisitados para atuar na prestação direta de serviços sociais nas instituições públicas, porém, as condições de efetivação desses serviços – notadamente a tensão universalização/seletividade –

¹¹ Tal constatação se assenta no pressuposto de que a configuração histórica do Serviço Social está articulada às mudanças empreendidas nas formas de gestão da força de trabalho e na organização das

recolocam essa conhecida demanda. A desvalorização política e financeira das instituições estatais têm dificultado o encaminhamento do trabalho profissional alinhado com a expansão das garantias relativas aos direitos sociais. Por isso, ainda que a prática de prestação de serviços aparentemente permaneça a mesma, ela está tangenciada por novas determinações.

Na esfera das instituições públicas, os assistentes sociais acumulam uma experiência com trabalhos de cunho coletivo que remonta aos programas de desenvolvimento de comunidade dos anos 50, 60 e 70; passando pelos vínculos estabelecidos com os movimentos sociais, desde o final dos anos 70. Esta atribuição profissional de lidar com contingentes populacionais mais amplos do que aqueles que procuram o profissional no atendimento individual e/ou grupal, recoloca-se, nos anos 90, com algumas configurações novas. Estamos nos referindo aos canais institucionais voltados à garantia da participação dos usuários das políticas sociais nos processos de “controle social”. As experiências com os Conselhos da Saúde, da Assistência Social e das políticas de atendimento à criança e ao adolescente – por exemplo - estão atreladas à requisição profissional de mobilizar e organizar as condições necessárias para o exercício desse “controle social”.

O que é novo, portanto, não é a atuação dos assistentes sociais junto às formas coletivas de organização da população, mas o contexto e a configuração dessas formas organizativas. Trata-se de uma nova experiência que nem é a participação outorgada dos anos da ditadura, nem é a mobilização e organização de movimentos populares independentes das estruturas institucionais. O fato dos Conselhos, fazerem parte das instituições de políticas sociais, coloca o trabalho de mobilização e organização num patamar diferenciado. E não só os Conselhos, pois também podemos citar a atuação dos assistentes sociais no processo de elaboração dos “orçamentos participativos”, também uma experiência própria dos anos 90.

Outro aspecto a ser destacado é o exercício do papel de educador social pelo assistente social, através da interferência nos comportamentos, atitudes e visão de mundo dos usuários. Podemos verificar essas características nas atribuições profissionais de informar, esclarecer, recomendar mudanças de atitudes, promover a conscientização sobre os “problemas sociais”, sobre a necessidade dos usuários assumirem determinadas posturas diante das doenças e das carências materiais, por exemplo. Conseqüentemente, os instrumentos e técnicas presentes nos procedimentos profissionais colaboram para uma atuação voltada à promoção de atitudes e comportamentos. Lembremos que os serviços sociais tanto colaboram na reprodução

políticas sociais. Que o Serviço Social coloca-se como parte do processo de mudanças na esfera da produção e reprodução social no Brasil – processo esse marcado pelas relações de classe.

material da força de trabalho, quanto na reprodução ideológica. Assim, os assistentes sociais participam da viabilização do repasse de bens e serviços materiais e na promoção de visões de mundo e atitudes, inseridas num contexto contraditório, que pode implicar: na tendência de difusão de idéias dominantes que procuram omitir a direção de classe que está contida nas políticas sociais, bem como na possibilidade de reforçar o poder de reivindicação da classe trabalhadora em relação à ampliação da oferta de bens e serviços necessários à sua reprodução.

Vale salientar, no entanto, que a permanência de procedimentos de caráter individual, grupal, coletivo e administrativo-organizacional não expressa a mera continuidade de um padrão (permanente e imutável) inerente à prática do Serviço Social. Isto porque a configuração dos procedimentos e do instrumental técnico-operativo acompanha as alterações históricas da base sócio-organizacional do Serviço Social e está marcado por tratamentos diferenciados conferidos pelos diversos projetos profissionais. Ainda que alguns instrumentos e técnicas constituam o acervo interventivo dos assistentes sociais desde os primórdios, eles são acionados como parte dos procedimentos que constituem um processo de intervenção nas relações sociais. Assim, o instrumental coloca-se como um conjunto articulado historicamente, pois faz parte do atendimento de necessidades reais, permeadas pelas relações sociais. Não se constituindo, portanto, um acervo neutro e meramente técnico, embora assim seja apresentado pelo pensamento dominante, racionalista-formal.

Considerações Finais

Ao final destas reflexões sobre o instrumental técnico-operativo do Serviço Social, reafirmamos a compreensão de que as requisições postas aos assistentes sociais estão permeadas pelas circunstâncias em que se produzem as necessidades sociais e pela caracterização das intervenções sociais que se propõem a enfrentar as manifestações da questão social. Acreditamos que o reconhecimento dessas determinações históricas permite-nos analisar a efetivação do trabalho profissional como parte desse processo de intervenção das relações sociais e, conseqüentemente, tomar o seu instrumental técnico-operativo como um elemento desse conjunto de objetivações voltadas à regulação das relações sociais. Assim, o instrumental pode ser considerado não somente em seus aspectos técnicos - referentes ao “fazer” - mas nas implicações sócio-políticas da prática da qual ele potencializa as ações, viabilizando uma intervenção que tem uma direção social situada no movimento contraditório da sociedade.

Referências

- ABRAMIDES,M.,MAZZEO,S.,FINGERMAN,T. *Repensando o trabalho social: a relação entre Estado, instituição e população*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1984, 94p.
- AGUIAR,A. *Serviço Social e Filosofia. Das origens a Araxá*. 5.ed., São Paulo: Cortez, 1995, 152 p.
- ALMEIDA,A. *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social*. 4.ed., Rio de Janeiro: F. Alves, 1989. 159 p.
- AMMANN,S. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 6.ed., São Paulo: Cortez, 1987, 176 p.
- BRAVERMAN,H. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. 3.ed, Tradução Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, 379p.
- BRAVO,M.I. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 1996, 286p.
- CAMPAGNOLI,S. *Desvendando uma relação complexa: o Serviço Social e seu instrumental técnico*. Orientador: Maria Lúcia Martinelli. São Paulo, PUC, 1993. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social).
- CARVALHO,A. de S. *Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica*. Rio de Janeiro: Agir, 1987. 93 p.
- CASTORIADIS,C. *As encruzilhadas do labirinto*. Trad. Carmem Guedes e Rosa Boaventura. V.1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 418 p.
- CATTANI,A. (org). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CBCISS. *Teorização do Serviço Social*. 2.ed., Rio de Janeiro: Agir, 1986. *Documento de Araxá*, p.13-45, *Documento de Teresópolis*, p.47-99, 1986, *Documento de Sumaré*, p.101-233.
- CBCISS. *Teorização do Serviço Social*. 2.ed., Rio de Janeiro: Agir, 1986. *Documento de Sumaré*, p.101-233.
- CUIN,C.,GRESLE,F. *História da Sociologia*. Trad. Roberto Ferreira, São Paulo: Ensaio, 1994, 287 p.
- DANTAS,L. A teoria metodológica do Serviço Social. Uma abordagem sistemática. *Suplemento de Debates Sociais*, Rio de Janeiro: CBCISS, n.4, 2.ed., p.63-115, 1970.
- GENTILLI,R. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social*. São Paulo: Veras, 1998, 223 p.
- GUERRA,Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo:Cortez, 1995. 215 p.
- HESS,R. *Sociologia de Intervenção*. Trad. Carlos Maia, Porto: Rés, 1983, 222 p.
- IAMAMOTO,M.,CARVALHO,R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 4.ed., São Paulo: Cortez, 1985, 383 p.
- IAMAMOTO,M. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 17-39, "A Herança conservadora do Serviço Social: atualização e busca de ruptura", p. 87-112, "O Serviço Social na divisão do trabalho".
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998. 326p.
- KATZ,C. Evolução e crise do processo de trabalho. In: V.v.A.a. *Novas tecnologias. Crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, p.9-44, 1995.
- _____. Fim da classe operária? In: COGGIOLA,O,KATZ,C. *Neoliberalismo ou crise do marxismo?* São Paulo: Xamã, p. 143-6, 1996.
- LEITE,M. *O Futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta. Cap.1, A resistência histórica dos trabalhadores à organização capitalista do processo de trabalho, p.47-111, 1994.
- LESSA,S. *A ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1996. 146p.
- _____. *Trabalho e ser social*. Maceió: EUFC / Edufal, 1997. 251p.
- MANZINI-COVRE,M. de L. *A formação e a ideologia do administrador de empresa*. Petrópolis: Vozes, 1981. 191p. Cap. 2, p.56-84, Processo de desenvolvimento social global e processo de burocratização.

_____. *A Fala dos Homens. Estudo de uma matriz cultural de um Estado de Mal-Estar*. 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1993, 327p.

MARTINELLI, M.L. *Serviço Social. Identidade e alienação*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1993, 165p.

MARX, K. *O Capital*. Livro I, Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. 149 p.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. V.1, Livro 1, Tomo 1, cap.V, “Processo de trabalho e processo de valorização”, p.297-315, cap. XI, “Cooperação”, p.439-451) São Paulo: Nova Cultural, 1996. 496 p. (Coleção Os Economistas).

MONTANO, C. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.53, p.102-25. Mar/1997.

_____. *La naturaleza del Servicio Social: un ensayo sobre su genesis, su especificidad y su reproduccion*. São Paulo: Cortez, 1998, 209p.

MOTA, A. E.(org). *A nova fábrica de consensos. Ensaíos sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991, 333p.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, 165p.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *REPRODUÇÃO Social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 1, Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999, p.87-99.idem

OLIVEIRA, F. de. O Terciário e a divisão social do trabalho. *Estudos Cebrap*, Rio de Janeiro: Vozes, n.24, 1979.

PAVÃO, A. *O princípio da autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1984. 104 p.

SANTOS, L. *Textos de Serviço Social*. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1983, 200p.

SARMENTO, H. *Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão*. Orientador: José Paulo Netto. São Paulo: PUC, 1994, 315p. Dissertação. (mestrado em Serviço Social).

SCHEPS, R.(org). *O Império das Técnicas*. Trad. Maria Lúcia Pereira, Campinas: Papirus, 1996.

SILVA e SILVA, M.O (coord). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995. 311p.

SOUZA, M.L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1993, 231p.

TRINDADE, R. *Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social*. Orientador: Nobuko Kameyama. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 345p. Tese (Doutorado em Serviço Social).

VAN BALEN, A. *Disciplina e controle da sociedade. Análise do discurso e da prática cotidiana*. São Paulo: Cortez, 1983, 166p.

VARGAS, M (org). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Edunesp, CEETEPS, 1994, 412p.

VIEIRA, B. *Metodologia do Serviço Social: contribuição para sua elaboração*. 3.ed., Rio de Janeiro: Agir, 1985, 218 p.

_____. *Serviço Social: processos e técnicas*. 6.ed., Rio de Janeiro: Agir, 1988, 355 p.

WANDERLEY, M. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1993, 198p.

WEISSANHAUPT, J.(org). *As funções sócio-institucionais do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1985, 181p.